

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIAN HARO RAMOS

**POSITIVISTAS PARANAENSES E A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO
PARANÁ: NILO CAIRO E VÍTOR FERREIRA DO AMARAL**

CURITIBA

2015

LUCIAN HARO RAMOS

**POSITIVISTAS PARANAENSES E A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO
PARANÁ: NILO CAIRO E VÍTOR FERREIRA DO AMARAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Gustavo Biscaia de Lacerda

CURITIBA

2015

RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre a importância da participação de dois positivistas paranaenses no processo de criação da que é considerada a universidade mais antiga do país: a Universidade Federal do Paraná. Fundada em 1912, a instituição surgiu como resposta das elites curitibanas ao desafio de perder seu território para o Estado de Santa Catarina – no episódio que ficou conhecido como Contestado – e pelas condições criadas pela chamada economia do mate, mas só foi concretizada graças a união de Nilo Cairo e Vitor Ferreira do Amaral, ambos médicos e “convertidos” à doutrina de Augusto Comte. A teoria da História nos permite afirmar que se os dois não tivessem se unido em um único projeto, a Universidade não teria sido criada tão cedo (1912), ainda que as condições econômicas fossem favoráveis e que a situação psicológica caminhasse para isso. A vontade férrea deles contribuiu para a fundação da instituição.

Palavras-chave: Nilo Cairo, Vitor Ferreira do Amaral, Positivismo, Universidade do Paraná

ABSTRACT

The present work proposes a reflection on the importance of the participation of two Paraná positivists in the creation of which is considered the oldest universities of the country: the Federal University of Parana. Founded in 1912, the institution emerged as a response to the challenge of curitibanos elites lost their territory to the State of Santa Catarina - in what became known as Contested - and the conditions created by the call mate economy, but only was achieved thanks to union Nilo Cairo and Vitor Ferreira do Amaral, both methods physicians and converted to the doctrine of Augusto Comte. The theory of history allows us to state that if the two had not come together in a single project, the University would not have been created as early (1912), although economic conditions were favorable and that the psychological situation to walk to it. The iron will of these two figures contributed to the founding of the institution.

Key-words: Nilo Cairo, Vitor Ferreira do Amaral, Positivity, University of Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 O SURGIMENTO DO POSITIVISMO.....	7
3 O POSITIVISMO NO BRASIL.....	11
3.1 Penetração.....	12
4 O POSITIVISMO NO PARANÁ.....	15
5 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE.....	19
5.1 A Fundação da Universidade.....	21
5.2 Modelo Universitário.....	27
6 FEDERALIZAÇÃO.....	33
7 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Considerada a universidade mais antiga do país, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) surgiu, no início do século XX, como resposta das elites curitibanas ao desafio de perder seu território para o Estado de Santa Catarina (Contestado) e pelas condições criadas pela *economia do mate*. “Era preciso preparar os jovens para exercerem lideranças politicamente mais fortes, e para isso, a consciência de sua identidade seria muito importante”. (WACHOWICZ, 2006, p.16).

No Paraná, tornava-se cada vez maior o número de jovens aptos a ingressar em escolas superiores, mas impossibilitados de fazer isso por razões econômicas. Criar um curso superior em Curitiba não satisfaria, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. (WACHOWICZ, 2006, p. 45)

Inicialmente destinada à criação de cursos superiores de Odontologia, Comércio e Agrimensura, unidos na forma de associação civil, a Universidade do Paraná foi projetada em reuniões diárias realizadas, no mês de novembro de 1912, no gabinete do Dr. Nilo Cairo, à Praça Tiradentes. E isso só aconteceu graças a duas figuras históricas: o próprio Nilo Cairo e Vítor Ferreira do Amaral. Ambos médicos, nascidos no Paraná e seguidores da doutrina positivista, muito embora com personalidades completamente diferentes.

Vítor foi deputado estadual, secretário da Instrução Pública, vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias e conhecia, como ninguém, os meandros da política paranaense. Possuía um *cacife* de dar inveja a muitos políticos. Era calmo, pouco temperamental, comedido no vocabulário que usava e precavido. Já Nilo Cairo, que passou a ser o porta-voz de uma frente para a qual a *ideia força* em prol da Universidade não era movida por sentimentos históricos regionalistas de afirmação, mas sim pela ideologia positivista em voga no Brasil na época, era temperamental, irrequieto e impulsivo.

Quase que sem saber da existência um do outro, os dois davam, ao mesmo tempo, os primeiros passos a fim de concretizar o sonho de fundação da universidade no Estado. Da parte de Vítor Ferreira do Amaral, a consciência política foi clara desde o início, já da parte do grupo de Nilo Cairo, a noção da importância da Ciência, como bandeira principal do Positivismo, é que foi predominante.

A trajetória de criação da Universidade do Paraná, federalizada em 1950, foi cheia de decepções – como a tentativa solitária, corajosa e frustrada de Rocha Pombo de criar a instituição, em 1892, e a perda do território paranaense para Santa Catarina – mas também de conquistas, como a retomada de 20.000 km² do território do Contestado e da criação de uma elite própria. “Era a primeira vez que os paranaenses haviam se unido para conseguir, ao menos, uma vitória parcial.” (WACHOWICZ, 2006, p. 36).

A teoria da História nos permite afirmar que se esses dois homens (Vitor e Nilo) não tivessem se unido em um único projeto, a Universidade do Paraná não teria sido criada tão cedo (1912), ainda que as condições econômicas fossem favoráveis e que a situação psicológica caminhasse para isso. A vontade férrea desses dois vultos contribuiu para a fundação da instituição.

2 O SURGIMENTO DO POSITIVISMO

Das teorias científicas que chegaram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, o positivismo é das que mais tinta mereceu dos intérpretes. (ALONSO, 1996, p. 109). A teoria teve início, na França, com Augusto Comte.

“No fundo, o positivismo foi tanto uma resposta à Revolução Francesa quanto à própria luta de Comte contra a doença mental. Ele buscava a integração, a harmonia e a unidade, características que faltavam tanto à sociedade em geral quanto em sua própria vida”. (PICKERING, M, 2010)

Nascido em Montpellier, uma região francesa devastada pela guerra civil, Comte via o conflito se repetir dentro de sua própria casa, cujas crenças monarquistas e católicas de sua família ele detestava. Sendo assim, procurou criar um novo sistema social que desse à França a paz e a estabilidade que o país tanto desejava. Passou, então, a vida toda tentando concluir o trabalho de Revolução.

Numa de suas obras mais emblemáticas e precursoras, o *Curso de filosofia positiva*, Comte afirma que a teoria sempre precede a prática e que a reconstrução do mundo pós-revolucionário só poderia ser concretizada depois que o método científico, ou “positivo”, fosse estendido ao estudo da política e da sociedade, último baluarte dos teólogos e dos filósofos metafísicos. Adotar o método científico significaria ligar as leis científicas à observação dos fenômenos concretos, particularmente evitando as especulações que era invariavelmente teológicas ou metafísicas.

Em 1839, Comte criou o termo “sociologia” para se referir à nova ciência da sociedade que havia cunhado. O termo “filosofia positiva” ou “positivismo”, nesse contexto, referia-se ao conjunto do sistema de conhecimentos, baseado no método científico. Já em 1847, na sua chamada segunda fase, Comte conseguiu transformar seu sistema filosófico em religião, a Religião da Humanidade.

A Religião da Humanidade, ou positivista, englobava tanto um sistema comum de crenças quanto os processos ritualísticos e socializantes que estimulavam as emoções do povo, unindo-o em torno da veneração da sociedade, isto é, da Humanidade, e que honravam as personalidades que contribuíam para a melhoria do bem-estar do homem.

Essa fase da religião na vida de Comte é vista, com frequência, como uma contradição ao chamado período científico anterior. É aí que surge uma famosa divisão entre os positivistas ortodoxos e heterodoxos.

A distinção clássica encontrada em bibliografias sobre o tema dá conta que, após a morte de Comte (1857), as duas dissidências nortearam o rumo do pensamento positivista na França e isso se refletia nas acepções da Doutrina pelo mundo. Os grupos eram liderados por dois discípulos de Comte: Pierre Laffite, do lado ortodoxo, e Émile Littré, do lado heterodoxo.

A divergência entre eles surgiu com o advento que teria redirecionado o pensamento de Comte: o encontro com Clotilde de Vaux, em 1845. Clotilde era uma jornalista e romancista francesa, que, mesmo com o desaparecimento do marido – acusado de ter desviado dinheiro público – não deixou que a relação entre ela e o filósofo passasse de uma forte amizade.

“No primeiro momento, as ideias de Augusto Comte, apesar de não serem simplesmente providas de fontes científicas, representavam mais uma filosofia do que uma religião, sendo uma das perspectivas prioritárias a observação dos fatos. Já depois do encontro com Clotilde, ele passou a priorizar o lado afetivo ao invés do racional.” (CARVALHO, 1990, p. 129 - 132)

José Murilo de Carvalho (1990, p. 8 *apud* MELLO, 2011, p. 2) afirma que, com a morte de Clotilde, em 5 de abril de 1846, Comte “pretendeu transformá-la em nova Beatriz, a musa de Dante”. E tendo Clotilde como “modelo ideal”, passou a considerar a superioridade feminina, alegando ser moralmente mais digna que o homem.

Por discordar desse “acréscimo” nos princípios religiosos, Littré começou a se afastar de Comte e montar um grupo dissidente, os heterodoxos. Os que concordavam com as transformações, que incluíam a criação da nova religião, passaram a ser chamados de positivistas ortodoxos. O discípulo de Comte que liderava esse grupo era Pierre Laffite.

Alonso (1996, p. 110) considera essa divisão problemática. De acordo com ela, tanto ortodoxos quanto heterodoxos são herdeiros de Comte; o que difere um do outro é de qual parte da obra está se falando.

“Para o grupo litreísta, Comte teria enlouquecido ao final da vida e seus últimos trabalhos deveriam ser considerados obras de uma mente ensandecida, sem que isso fosse necessário abdicar aos seus primeiros

ensinamentos, produzidos em fase de lucidez. Já os lafitistas acusavam a traição dos desertores e se proclamavam os únicos efetivos discípulos do mestre, seus seguidores em filosofia, em ciência, em política e, o mais importante, em moral. O fato é que, se logo após a cisão, e no período imediatamente posterior à morte de Comte, é possível falar em apenas dois grupos, pouco depois aparecerão muitos herdeiros para um único espólio”.

Pickering (2010, p. 20) também defende que não houve uma ruptura súbita na trajetória de Comte do período que concluiu o *Curso* e depois de sua relação não consumada com Clotilde de Vaux, ao contrário do que, em geral, dizem os especialistas.

Segundo ela, tratava-se apenas de “uma nova fase do positivismo”, como o próprio Comte havia observado em 1847.

“As raízes dessa Religião da Humanidade eram claramente perceptíveis em seus escritos da juventude que preconizavam um novo poder espiritual para substituir o poder temporal, bem como um novo sistema moral e intelectual. Em 1826, Comte escreveu um artigo intitulado “Considerações sobre o poder espiritual”, no qual declarava: “ O dogmatismo é o estado normal da inteligência humana, aquele ao qual ela se inclina, por sua natureza, de maneira contínua e em todos os gêneros, mesmo quando mais parece afastar-se dele”.

Ainda de acordo com Pickering, desde o início Comte procurou fornecer a seus contemporâneos um sistema de crenças que satisfizesse seus desejos ardentes de certeza e que os unisse como os adeptos de um credo.

“No *Curso*, Comte se refere especificamente à necessidade de criar uma “Igreja positivista”. Em sua obra, ele também frisava ter compreendido desde o início a importância dos sentimentos associados à religião[...]. Além disso, Comte não traiu seu primeiro programa, pois desde o início de sua carreira afirmava que nunca havia confiado no modelo de pensamento moral e neutro, “positivista” ou “científico”, que hoje está ligado a seu nome. Ele rejeitava as estatísticas e o empirismo e suas coleções inúteis e simplistas de fatos e números. Para ele, o poder da razão era limitado. Escreveu que “ o espírito humano [...] [estava] muito mais apto a imaginar do que a raciocinar”. Para observar um fato qualquer, o espírito precisava imaginar uma hipótese provisória. Em sua opinião, o espírito era fraco e nunca poderia compreender a realidade e a verdade absoluta. Era particularmente impossível ter uma compreensão total e objetiva da realidade social, que era extremamente complexa e próxima de nós.”

Dentro da visão evolucionista do século XIX, que incluía o marxismo e o darwinismo, Comte desenvolveu a lei dos três estados, que dizia que a humanidade passaria por três fases: a primeira chamada de teológico-militar, em que o poder espiritual estava nas mãos de sacerdotes e o temporal na de militares; a

segunda denominada “ metafísica”, onde o predomínio espiritual era de filósofos e o governo estaria na mão dos legistas, e o regime político seria a democracia. Já a terceira fase seria a positiva, em que os sociólogos, ou seja, sacerdotes positivistas, controlariam o poder espiritual, e a burguesia, o poder material.

Comte teve, ainda, muitos seguidores independentes na Inglaterra. Entre os mais expressivos, G.H. Lewes, H. Martineau, A. Bain, Clifford, Maudsley, Tyndall, Sully, Romanes e Huxley. (Alonso, 1996, p. 111). Fora dali (Inglaterra), no entanto, o impacto do positivismo como sistema organizado foi relativamente pequeno.

“A teoria das ciências de Comte alcançou grande notoriedade e passou a influenciar intelectuais das mais variadas origens, mas seu sistema político – religioso encontrou poucos adeptos mesmo no início. [...] Estava-lhe reservado, porém, o entusiasmo da América Latina, onde vários países receberam a boa nova positivista , seduzidos, talvez, por seu universalismo, que prometia a inserção de todas as nações na grande marcha da civilização”. (ALONSO, 1996, p. 111)

3 O POSITIVISMO NO BRASIL

De fato, o positivismo religioso não teve tanto impacto na França, onde surgiu, quanto no Brasil. Foi aqui que a religião teve maior influência, se levarmos em conta o número de adeptos, a criação de uma igreja e o impacto no pensamento e na política. Os principais focos dessa vertente, que se exerceu, sobretudo, entre os anos de 1880 e 1930, foram os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O pesquisador da UFPR, Gustavo Biscaia de Lacerda, faz um mapeamento informal de como o positivismo se comportou em diferentes estados do país. No Paraná, segundo ele, exerceu-se um positivismo mais religioso; no Rio Grande do Sul, mais político e religioso, com a atuação de Júlio de Castilhos e Carlos de Torres Gonçalves; Em São Paulo e Minas Gerais, político - intelectual, usado de maneira mais instrumental; e no Rio de Janeiro, religioso, político e econômico, uma vez que foi usado para organizar a economia fluminense.

Alonso (1996 p. 125) afirma que poderíamos dividir o positivismo no Brasil em três grandes *locus*: A Corte, o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Na Corte, imperou o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, movido por um dogmatismo talvez superior ao do próprio mestre. [...] Mas houve, também, um positivismo de corporação, o da elite da Escola Milita, grupo liderado por Benjamin Constant, decisivo na formulação do golpe que derrubou o Império e na consolidação da república em seus primeiros anos [...].

No Rio Grande do Sul, com Castilhos sobressaiu a face política em sentido pleno, que objetivava o poder do Estado, a ditadura positiva e políticas públicas como meio mais eficaz de civilizar o país. [...] Com o advento da República, ele conseguirá implementar muitas de suas ideias assumindo o governo do Rio Grande do Sul, para o qual criou uma constituição estritamente positiva.

Em São Paulo, justamente onde a bibliografia afirma quase unanimemente o pouco ou nenhum sucesso do positivismo, floresceu um movimento intenso, conformando três correntes: a sucursal paulista da Igreja; os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo com atividade política como Silva Jardim, José Leão, Pedro Lessa, Alberto Sales e Aarão Reis; e a via "sociológica" de Pereira Barreto, a corrente predominante, que teve prática e obra positivistas e atuou doutrinariamente."

Conforme narra a historiografia, a segunda metade do século XIX foi uma das fases mais importantes da trajetória cultural brasileira. Até então, nada fora verdadeiramente examinado ou criticado. O catolicismo não sofrera abalo; o Império brasileiro nada mais era do que o prosseguimento da velha monarquia portuguesa.

Apesar da aparente tranquilidade, o Brasil encontrava-se carente de uma consciência política e de filosofia de regime. Havia, na época, o desentendimento referente à razão histórica, política, jurídica ou prática da reforma do governo e das instituições brasileiras, as quais caminhavam dando a impressão de que o País seguia estradas sem sinalização adequada e sem objetivos imediatos.

Essa crise de renovação, de busca, estava ligada às modificações econômicas que se introduziram na estrutura brasileira: a cessação do tráfico de negros, a decadência das lavouras tradicionais.

Com a extinção, deu-se, então, a necessidade de transformação, ampliação de perspectiva econômica e intelectual. Lacunas enormes estavam à disposição de uma nova filosofia que viesse mostrar caminhos e solucionar a aparente dificuldade nacional.

3.1 Penetração

A penetração do positivismo, no entanto, não surgiu pelos meios políticos, mas sim com primeira manifestação dentro da Escola Militar. As obras de Comte que tratavam da matemática foram usadas, na época, para enriquecer os militares de conhecimentos matemáticos. A preservação do empirismo mitigado, na Escola Militar, também facilitou o trânsito dessa filosofia, que consistia na exaltação da ciência e no desprezo da metafísica.

Em 1876, foi criada no Rio de Janeiro uma Sociedade de Simpatizantes do Positivismo, mas que só aceitava o pensamento de Comte anterior à criação da Religião da Humanidade (heterodoxos). No ano seguinte, dois jovens membros da Sociedade, o fluminense Miguel Lemos e o maranhense Teixeira Mendes, expulsos da Escola Politécnica, foram para Paris, onde aderiram ao positivismo religioso.

De volta ao Brasil, Miguel Lemos assumiu a direção da Sociedade Positivista e a transformou, em 1881, em Igreja Positivista do Brasil. A partir daí, começou a colocar em prática os ensinamentos de Comte. O primeiro passo foi excluir da Igreja todos os que não se enquadravam nos dogmas, entre eles o ex-presidente da Sociedade Positivista, Joaquim Ribeiro de Mendonça, por ser dono de escravos. Já Benjamin Constant, um dos futuros proclamadores da república, saiu por ser professor da

Escola Militar e, segundo Comte, positivistas não poderiam aceitar cargos públicos, sobretudo, em escolas públicas de ensino superior.

Mas eles (Miguel Lemos e Teixeira Mendes) não foram os únicos. Ivan Lins (2009, p. 23) revela que, antes deles, ou mesmo paralelamente a eles, muitos foram os adeptos de Comte que contribuíram para a formação, entre nós, de uma atmosfera carregada de positivismo difuso.

Segundo ele, a primeira referência pública feita ao Positivismo no Brasil foi uma tese de Dr. Justiniano da Silva Gomes, apresentada para a conquista de uma cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1844. Ao que tudo indica, teria sido ele o primeiro positivista brasileiro.

Na tese *Plano e Método de um curso de Fisiologia*, Dr. Justiniano se refere explicitamente a Augusto Comte, à lei dos três estados e ao método positivo. Eis o trecho:

“ A dificuldade do método em Fisiologia obrigou aos fisiologistas, para iludi-la, a inventarem as forças vitais. É evidentemente mal entendido que médicos e fisiologistas que os fenômenos dos corpos vivos devam ser estudados independentemente dos corpos brutos: isso os levou a admitir para aqueles corpos forças particulares, como se fosse o mesmo simplificar um fenômeno - sequestra-lo de tudo que o rodeia, sem presentirem que ele cessa de existir. Em toda maneira de bem filosofar, não se deve recorrer a meios artificiais para a resolução de dificuldades, senão quando elas o merecem e, sobretudo, depois de ter ensinado aos meios conhecidos. Conforme o método positivo, hoje empregado em todos os ramos das ciências, deve procurar-se analisar completamente os fenômenos, tanto intrínseca como extrinsecamente, sem se atender à causa que os produziu.” (LINS, 2009, p. 31)

“E, referindo-se à lei dos três estados” – comenta o Dr. Antônio Caldas Coni – “ reconhece Justiniano da Silva Gomes a inutilidade do princípio vital, que tudo procura explicar em Fisiologia sem base na observação dos fenômenos e de suas leis”¹.

Outro médico, no entanto, é tido como o “iniciador” do positivismo no país: Luís Pereira Barreto. Em 1865, de volta ao Brasil, sustenta perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro uma tese de feição acentuadamente positivista: *Teoria das Gastralgias e das Nervoses em geral*. Consagrada à memória de Comte, a tese apresentava, logo nas primeiras páginas, a máxima positivista: “ *O amor por princí-*

¹ ANTONIO CALDAS CONI: *Justiniano da Silva Gomes (Pioneiro do Positivismo no Brasil)*, in *A Tarde*, de 8 de março de 1863, *apud* LINS, 2009 p. 31)

pio e a ordem por base; o progresso por fim (a família, a pátria e a humanidade) e era dedicada, também, a outros positivistas europeus.

Na tese, além de encarecer a necessidade de ser feito pelo médico o estudo positivo das faculdades morais e intelectuais do homem no moldes apresentados por Augusto Comte, acrescenta Pereira Barreto:

“É urgente que façamos compreender a todos que viver para outrem e viver às claras é o mais belo título de glória a que possamos aspirar. É urgente que façamos sentir bem a todos que a cada arte corresponde uma ciência; e que a arte política, incomparavelmente mais difícil do que a arte médica ou a do engenheiro, corresponde imediatamente à Filosofia Positiva abrange toda a hierarquia enciclopédica, desde a ma- temática até a moral.”²

Concretamente, é da burguesia formada por militares; médicos e engenheiros – mais próximos das ciências positivistas, graças à índole de suas profissões – que surgirá o movimento positivista no Brasil. Miguel Lemos era filho de um oficial da marinha, Teixeira Mendes, de um engenheiro que se formara na escola de Paris. Quase todos eram homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se ensinava no Brasil. Eram homens que se voltaram para as ciências e que nelas acreditaram encontrar respostas satisfatórias e soluções definitivas para os problemas nacionais.

Com eles, o positivismo foi tomando sentido e sua doutrina inserindo-se nas soluções dos problemas nacionais. Miguel Lemos e Teixeira Mendes tinham como ponto principal de suas atuações preservar a doutrina do Mestre em sua pureza original.

² LUÍS PEREIRA BARRETO: *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em geral*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1865, p. 64, Rio de Janeiro. Tipografia Paula Brito, 1865, *apud* LINS, 2009, p. 75.

4 O POSITIVISMO NO PARANÁ

No Paraná, a penetração do Positivismo durante o Império foi insignificante. (LINS, 2009, p. 261). Historicamente, em 1885, José Mariano de Oliveira, que cursava a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pertencia à Igreja do Apostolado Positivista do Brasil, iniciou, em Curitiba, uma divulgação da doutrina positivista. Chegou, inclusive, a dirigir-se publicamente ao presidente da então província para falar de uma lei sobre a obrigatoriedade do ensino.

Antes disso, porém, imagina-se que José Mariano de Oliveira já tenha feito propaganda – empírica, seguramente, ou eventualmente sistemática – dos ideais positivistas, enquanto trabalhava na construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, inaugurada em 1885. O engenheiro foi trazido por outro positivista, Dr. João Teixeira Soares, diretor-chefe dos serviços da construção, e talvez tivesse conseguido formar ali um pequeno grupo de seguidores, que nada restou à vista da tendência espontânea dos melhores a se congregarem, no Rio de Janeiro, em torno de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes.

A ação de José Mariano em Curitiba teve continuidade, inicialmente, com o civilista Dr. Manuel Inácio Carvalho de Mendonça, que residiu na cidade por 18 anos, no período em que atuou como juiz federal, e depois se mudou para o Rio de Janeiro. Em 1891, outro positivista, o Capitão José Joaquim Firmino, renuncia à cadeira de deputado estadual do Paraná, alegando que o cargo contrariava suas convicções positivistas.

Mas a propaganda intensiva no Estado foi vista mesmo bem mais tarde e foi dirigida pelo Deputado João Pernetta, secundado pelo filho Augusto e por Oscar da Cunha Correia e Oscar de Castilho. Ele é autor, entre outros trabalhos, de uma biografia de Miguel Lemos e Teixeira Mendes publicada com o título *Os Dois Apóstolos*. A ação positivista começada por ele foi continuada pelos professores Lourenço Branco, Paulo de Tarso Monte Serrat e, principalmente, Davi Carneiro, que além de ter construído uma capela da Humanidade, onde se realizavam exposições da doutrina em Curitiba, foi incansável na publicação de livros e opúsculos em torno do Positivismo.

No opúsculo *Como chegou o Positivismo ao Paraná*, de 1978, Davi Carneiro narra como foi sua iniciação na doutrina de Comte. Nascido em Curitiba, no ano de

1904, ele foi estudar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1919, onde teve o primeiro contato com os ensinamentos positivistas. Lá começou a discutir com colegas e professores assuntos religiosos e filosóficos que o interessavam e, entre católicos, espíritas e metafísicos, foi sentindo que, apesar da inegável bondade de alguns professores adeptos do Espiritismo, maior firmeza de convicções e mais clareza de ideias tinham os simpatizantes do Positivismo e, sobretudo, um: Major Heitor Cajaty, que muito embora católico, tinha um conhecimento extraordinário do Positivismo.

“Fui me aproximando de alunos com os quais sentia afinidades e comprei a Filosofia Positiva de Miss Martineau (condensada dos seis volumes da obra de Augusto Comte) e comecei a lê-la no original, aproveitando para o meu progresso mental tanto quanto para o linguístico, quanto pude haurir,” escreve Carneiro.

A falta de Deus (tutor subjetivo cuja crença havia herdado da mãe) foi tão violenta, pelo vazio sentido, que Carneiro afirma ter temido se suicidar e por um tempo chegou a acreditar que estaria à beira da loucura.

Do Paraná também era “um positivista incompleto, mas de grande valor intelectual, educacional e cívico, Nilo Cairo da Silva”. (CARNEIRO, 1978, p. 2)

“...ele (Nilo Cairo) se havia jogado contra a Igreja Positivista do Brasil no assunto da vacina, invocando escritos de Augusto Comte para mostrar sua perplexidade face à descoberta de Jenner. A sua atitude face a Augusto Comte era de submisso respeito, e essa mesma atitude ele conservou até às vésperas de sua morte. Após haver realizado a Universidade do Paraná em 1912, seus escritos sobre anatomia patológica e fisiologia mostraram a que grau a doutrina augusta o havia atingido. Sua propaganda ficaria, entretanto, dentro do campo específico, científico: e mesmo a sua conduta não se pautaria pelos ditames da Religião da Humanidade, apesar de sua extrema simpatia e de sua grandeza mental.” (CARNEIRO, 1978, p. 2).

Nilo Cairo nasceu em Paranaguá, no dia 12 de novembro de 1874 e, junto com Vitor Ferreira do Amaral (que tratarei no próximo capítulo), concretizou, em 1912, o sonho de criar a Universidade do Paraná. Fraiz (2014, p. 119) revela que o interesse de Nilo Cairo pelo ensino é, inclusive, anterior à ideia de criação da universidade. “Antes da abertura provocada pela Reforma do Ensino (Rivadavia), como vimos, Nilo voltou para o Rio de Janeiro com o objetivo de criar uma escola médica para o ensino da homeopatia”, escreveu.

Fiel ao pensamento positivista, que adquiriu na Escola da Praia Vermelha, Nilo Cairo defendia a liberdade profissional como forma de exigir um menor controle do Estado sobre as profissões. O diploma oficial era considerado um cerceamento da liberdade, não sendo, porém, para Nilo Cairo, aceitável que aqueles que exer-

cessem as profissões o fizessem sem instrução alguma, e é por esse motivo que, ao lado da liberdade profissional, Nilo Cairo era favorável à liberdade de ensino e à responsabilização dos atos daqueles que exercem as profissões.

Em 1911, um ano antes de ajudar na fundação da Universidade do Paraná, a reforma no ensino promovida pela Lei Rivadávia fez com que Nilo publicasse na *Revista Homeopática Brasileira* o artigo *Reforma do Ensino*, no qual comenta a reforma na educação. Nesse artigo, Nilo Cairo lamenta que a tentativa de criar uma Escola Homeopática no Rio de Janeiro não tenha dado certo. (FAIZ, 2014, p. 114).

Nilo Cairo estudou em escolas de Paranaguá, Rio Grande, Curitiba e na Escola Militar da Capital da República, em 1892. Embora não tivesse vocação para a vida militar, foi um bom aluno. Simultaneamente cursou a Faculdade de Medicina, formando-se em 1903.

Há diversos relatos de um de seus biógrafos sobre o seu desinteresse pela vida militar, ou pelo menos pelo seu despreço pelo uso do uniforme militar. Mas foi a formação militar de Nilo Cairo a porta de entrada ao positivismo, e condição *sine qua non* para a realização do curso de Medicina, como escreve Fraiz (2014, p. 112)

É possível que a vida militar, como opção na maturidade, realmente não fizesse parte dos seus planos, sendo que a vida militar e sua formação na Academia Militar da Praia Vermelha tenham sido importantes para cunhar nele a mentalidade positivista, o engenheiro disciplinado, mas, sobretudo, foi a vida no exército que lhe permitiu sair de Paranaguá e formar-se médico no Rio de Janeiro. Considerando sua origem social – filho de telegrafista e professora primária – não teria conseguido formar-se médico sem a passagem pela vida militar. Assim, cursar a Academia Militar foi fundamental em suas estratégias de ascensão social, numa sociedade elitista.

Ao lado do encontro com o positivismo na formação militar, Nilo Cairo teve que lidar com a decepção com a ciência médica e com outras dificuldades na vida pessoal. Perto de completar 30 anos, formou-se em Engenharia na Academia Militar da Praia Vermelha e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse período de estudo, perdeu a mãe, Alzira, por quem tinha grande apreço, a mulher, e viu seu filho nascer com sérios problemas de saúde. Nada disso o impediu, porém, de contribuir, no período entre 1904 e 1906, para a produção bibliográfica na área de homeopatia e de ter sido um membro ativo do *Instituto Hahnemanniano do Brasil*. Anos mais tarde, já no segundo casamento, precisa enfrentar os problemas de saúde da esposa, o fim do casamento e a separação da filha ainda pequena, enquanto se desliga do *Instituto*.

Quando chegou a Curitiba, em fevereiro de 1906, na condição de 2º tenente e, em 1908, foi promovido a 1º tenente, na arma de engenharia. Três anos depois, em 1911, veio a promoção como capitão. No posto de capitão, Nilo Cairo teria solicitado a reforma do Exército. Ao fazê-lo teria sido reformado no posto de major. O motivo para isso seria a surdez que adquiriu na própria prática militar.

No ano de 1912, Nilo Cairo teve o pedido de afastamento definitivo do *Instituto Hahnemanniano do Brasil* aceito por unanimidade, em reunião no dia 12 de dezembro. Sete dias depois, participaria da criação da Universidade do Paraná.

5 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

No final do século XVII e início do século XVIII, as populações paranaenses praticamente vegetavam. Em 1737, a Câmara Municipal informava que a maior parte da população de Curitiba *comia sem sal*. No ano de 1797, dizia-se que, por falta de condições econômicas, a população do planalto vivia *quase como o gentio*. (WACHOWICZ, 2006, p. 27, *grifos do autor*).

Somente na segunda metade do século XIX que a conjuntura internacional veio beneficiar as vilas que formariam o futuro Paraná. Em 1813, por motivos políticos, Francia, ditador do Paraguai, proibiu a exportação de erva-mate para Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai), abrindo as portas desses mercados para as regiões produtoras brasileiras. Desde então, o Paraná virou a terra do mate. A economia ervateira passou a ser o esteio econômico da futura província. Em 1831, o mate representava 0,3% das exportações brasileiras e, em 1850, 1,3%.

Como a economia do mate no Paraná prevaleceu dominante até as primeiras décadas do século XIX, sua influência no condicionamento do comportamento das elites e da população em geral foi significativa. Embora não fosse capaz de colocar a sociedade produtora e exportadora em pé de igualdade com outras economias aquecidas, e nem de poupar o Estado de encarar, anos mais tarde, o maior desafio já enfrentado:

Na primeira década do século XX, mais especificamente em 1901, desabava sobre o povo paranaense o mais drástico repto já enfrentado pelo Paraná. Santa Catarina entrou no Supremo Tribunal Federal com uma ação reivindicadora sobre o território do Contestado. Julgada a questão em 1904, por maioria de votos o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Santa Catarina. (WACHOWICZ, 2006, p. 26).

A problemática do Contestado assombrava o Estado desde 1853, quando tornou-se herdeiro dos direitos e das pretensões paulistas sobre o território existente entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai (o conhecido Contestado) e continuou sendo agitada pela imprensa paranaense e catarinense, bem como pelos políticos locais, durante todo o período provincial, sem nada, de fato, ser estabelecido.

Com a República, no entanto, o impasse entre os vizinhos chegou ao auge. Santa Catarina queria reconquistar o equivalente a 48.000 km² do território que o Paraná considerava como seu. Com isso, “A capacidade paranaense foi colocada

em xeque. O desafio avolumou-se e os paranaenses teriam que sair do *casulo* político para agir”, escreveu Wachowicz (2006, p. 33, *grifos do autor*).

Até a última década do século XIX, o Paraná nada havia feito de concreto para salvaguardar seus direitos. Foi somente em 1897, que as elites diretivas paranaenses deram o primeiro passo nesse sentido. Na época, o então governador do Estado, José Pereira Santos Andrade, nomeou uma comissão – formada por Agostinho Ermelino de Leão (presidente), Manoel de Alencar Guimarães (secretário) e Generoso Marques dos Santos – para tratar do assunto. Concomitantemente, o governador ordenava, com urgência, que Generoso Marques dos Santos fosse até Portugal examinar a veracidade dos documentos citados por Santa Catarina.

Um dos políticos que manifestou maior sensibilidade e interesse à causa foi Vítor Ferreira do Amaral. Membro da chamada *elite campeira* paranaense, foi ele que, nas palavras de Ruy Wachowicz (2006, p. 33), “assumiu as rédeas da política estadual, após a Proclamação da República”.

Vítor Ferreira do Amaral nasceu na Lapa e formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Depois de exercer vários cargos na administração pública, foi indicado pelo senador Vicente Machado a se candidatar a deputado constituinte estadual, em 1891, e foi justamente nessa ocasião que teve a oportunidade de percorrer *in loco* a região do Contestado, verificando com que omissão - que ele chamou de incúria criminosa - os paranaenses tratavam essa questão: (...) *o que nos falta, o que necessitamos é ter (...) mais consciência de nossas energias, mais confiança em nossos destinos de povo ávido (...) ter fé no futuro*, escreveu.³

E para que os paranaenses tivessem mais fé e confiança no futuro, era preciso ter mais massa crítica. Na época, eram raras as pessoas formadas nascidas no Paraná. O próprio Vítor do Amaral encarregou-se de fazer esse levantamento: havia no Estado apenas nove médicos nascidos na região, sendo cinco na Lapa, dois em Curitiba, um em Paranaguá e um em Palmeira. Na engenharia, havia apenas quatro profissionais paranaenses: um na Lapa, um em Curitiba, um em Paranaguá e outro em Rio Negro. Com isso, concluiu que o ambiente era obscuro e, portanto, estabelecia-se a necessidade da criação do ensino superior no Estado.

³ Comercio do Paraná. Curitiba, 26 mar. 1915, *apud* Wachowicz, 2006, p. 34, *grifos do autor*

No dia 24 de dezembro de 1909 aconteceu a segunda derrota paranaense contra Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal, que rejeitou os argumentos jurídicos apresentados pelo Paraná para tentar derrubar a sentença de 6 de julho de 1904.

Abateu-se então sobre a população paranaense uma profunda comoção. O inacreditável confirmava-se. Agora era só uma questão de tempo para que a justiça federal agisse e retirasse da administração paranaense 48.000 km² formados pelas melhores terras e cobertas pelas melhores matas. A causa parecia perdida. (WACHOWICZ, 2006, p. 35).

E enquanto a elite campeira do Paraná amargava a perda do território do Contestado, foi surpreendida, mais uma vez, pela Lei Rivadavia, de 1911, dessa vez para o bem. Com ela, o ensino superior no Brasil estava liberado e desoficializado. (WACHOWICZ, 2006, p. 43). Foi então que surgiu, como uma síntese de múltiplas determinações, a ideia de criar a Universidade no Estado: primeiro como uma tentativa de recuperar o território perdido para Santa Catarina e, depois, como forma de reafirmar culturalmente o Estado, tentando formar suas próprias elites.

5.1 A Fundação da Universidade

Antes mesmo da Lei Rivadavia já se discutia, em Curitiba, a necessidade de criar uma Academia de Direito. Mas muitos manifestaram-se contra a iniciativa, pelo receio de formar-se, por aqui, uma superpopulação de homens formados em Direito. Temia-se uma fábrica de bacharéis, nociva ao Estado.⁴

Os críticos à criação da Academia de Direito argumentavam, ainda, que ela abarrotaria o Estado de bacharéis e provocaria uma distorção nas tendências naturais dos jovens, que poderiam ser farmacêuticos, dentistas, agrônomos, médicos ou engenheiros civis.

Naquela época, o jovem estudante que concluísse o ginásio fatalmente iria se inscrever no curso que funcionasse na própria região onde morava. Os candidatos

⁴ *Commercio do Paraná*. Curitiba, 27 nov. 1912, *apud* WACHOWICZ, 2006, p. 43

não observariam se possuíam vocação para aquela carreira ou não. O que interessaria seria obter qualquer diploma.

Mas, para um Estado cuja população vivia numa economia pouco desenvolvida, tendo por base a extração da erva-mate, sustentar um filho com mesada no Rio de Janeiro ou São Paulo era privilégio de capitalistas (WACHOWICZ, 2006, p. 44). Uma família que vivesse de ordenado ou vencimento não possuía condições de manter um filho em qualquer academia.

Analisando essa questão, o jornal *Commercio do Paraná* assim colocava as despesas de um jovem paranaense numa academia: O estudante necessita, para ter casa e comida, roupa limpa e sapatos e uma diminuta sobra para o bonde e para o café, de duzentos mil réis mensalmente. As taxas de frequência, matrícula e mais dispêndios na Academia andam por seu turno em soma igual àquela. Não pode prescindir de um suprimento de 400 mil réis por mês, ou seja 3:600\$000 por ano letivo.⁵

No Paraná, tornava-se cada vez maior o número de jovens aptos a ingressar em escolas superiores, mas impossibilitados de fazer isso por razões econômicas. Criar um curso superior em Curitiba não satisfaria, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. (WACHOWICZ, 2006, p. 45)

A criação da Universidade com inúmeros cursos viria em uma oportunidade psicologicamente muito boa para o Paraná. A falta de combatividade das elites paranaenses na questão do Contestado evidenciava a necessidade de se ampliar os quadros da intelectualidade tingui. Com as notícias de 1912 da possível fundação de uma instituição universitária em Curitiba, regozijava-se o jornal de Vitor Ferreira do Amaral: *os nossos homens futuros poderiam seguir o curso que sua vontade indicar*⁶ – e seguir desta forma *uma profissão distinta*.⁷

Antes disso, porém, houve a tentativa “corajosa e solitária” (WACHOWICZ, 2006, p. 17) da Universidade criada por Rocha Pombo em 1892, que não vingou. Valfrido Piloto, em documento inédito de Rocha Pombo, narra as decepções sofridas por ele nesse processo:

Em 1892 organizei projeto de fundação de uma universidade, ou escola de ensino superior, em Curitiba. Consegui, a muito custo, do Congresso Estadual, uma lei de garantia de juro. Tomei em empréstimo de oito contos

⁵ *Commercio do Paraná*, Curitiba, 23 Jan. 1913 *apud* WACHOWICZ, 2006, p.44

⁶ *Commercio do Paraná*, Curitiba, 27 nov. 1912, *apud* WACHOWICZ, 2006, p. 45, *grifos do autor*

⁷ *Commercio do Paraná*, Curitiba, 20 nov. 1912, *apud* WACHOWICZ, 2006, p. 45, *grifos do autor*

de réis, afiançado pelo Comendador José Macedo; assentei a pedra fundamental do edifício no largo Ouvidor Pardinho; fiz ali construir depósito e reunir material, dando começo ao nivelamento do largo. Fui, em seguida, ao Rio, onde apenas tive animação do Dr. Ubaldino do Amaral, senador por esse Estado, o qual apresentou ao Senado um projeto que, depois de aprovado em 2^a, caiu em 3^a discussão, havendo quem me assegurasse que nesse resultado interviera a politicazinha dominante no Paraná. Desiludido de conseguir o capital para a fundação do estabelecimento em edifício próprio, procurei torná-lo exequível requerendo ao Congresso da politicazinha que, em vez de garantia de juros, que de nada me servia – porque o Estado não se garantia a si, quanto mais a outrem – me concedesse uma subvenção de 60 contos para inaugurar logo, provisoriamente, a Escola. E isso eu estava habilitado a fazer, visto como já tinha tudo organizado, - estatutos, regulamento, programas, etc. A subvenção que eu pedia era equivalente, quando muito, à despesa que o Estado fazia mantendo um Ginásio e uma Escola Normal. De sorte que a questão cifrava-se em escolher entre uma Escola com 4 ou 5 cursos integrais e superiores, de entrada, internato e externato do Ginásio, e Escola Normal etc. – e o estabelecimento existente, incompleto, mal administrado e quase inútil, a julgar mesmo pela freqüência que sempre teve. Mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher (...)⁸

Segundo Campos (2008, p. 74), no movimento pela criação da Universidade do Paraná (UP) existiram duas iniciativas, uma que fazia parte Vítor Ferreira do Amaral e outra, Nilo Cairo. Sobre a primeira, de acordo com ele, há duas versões: a primeira coordenada pelo professor Fernando Moreira, dono da Escola Republicana, em Curitiba, que, num encontro com o Ministro da Instrução Pública, Rivadávia Corrêa (autor da Lei Rivadávia), teria sugerido a possibilidade de criação da universidade no Estado.⁹ E a segunda, contada por Vítor do Amaral, que não reconhecia a iniciativa de Fernando Moreira.

Amaral afirmava que, em conjunto com Panfilo de Assunção trataram de organizar as bases do projeto universitário que seria, posteriormente, submetido à assembleia dos professores. Nesse ínterim, Vítor do Amaral foi ao Rio de Janeiro e a São Paulo observar os programas das faculdades de Direito e de Medicina e das escolas poli- técnicas, a fim de trazer subsídios para organizar os programas dos primeiros cursos de ensino superior. (CAMPOS, 2008, p. 75).

Já a segunda iniciativa que visava estabelecer uma universidade no Paraná, considerada por Campos, foi organizada por Nilo Cairo e Flávio Luz. No entanto,

⁸ PILOTO, Valfrido. *Rocha Pombo*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda. 1953, p. 11, *apud* WACHOWICZ, 2006, p. 41.

⁹ De acordo com David Carneiro (1963, p.534, *apud* CAMPOS, 2008, p.74), que reconhecia a iniciativa de Fernando Moreira, o ministro teria dito que o ensino deveria ser livre e que se ele (Fernando Moreira) quisesse, teria a licença pra fazer isso, uma vez que não haveria lei para impedi-lo;

eles acabaram convidando tanto Vitor do Amaral quanto Pamphilo de Assunção para compor o novo grupo com o objetivo de criar a tão sonhada universidade. “Visto que Amaral e Assunção não tinham organizado o programa de ensino superior, decidiram aceitar o convite feito por Nilo Cairo”, escreveu (2008, p. 75).

As primeiras tentativas do professor Fernando Moreira para levantar fundos falharam. Mas o grupo de interessados em uma universidade já havia se ampliado. (Wachowicz, 2006, p. 17). Vitor Ferreira do Amaral, homem de grande penetração nos meios políticos paranaenses, assumiu a liderança desse grupo. Convocou para o dia 11 de junho de 1912 uma reunião dos interessados. A reunião foi marcada para o escritório do Sr. Miranda Rosa, diretor do Banco de Curitiba.

Wachowicz (2006, p. 17) narra como tudo começou:

Inicialmente destinada à criação de cursos superiores de Odontologia, Comércio e Agrimensura, unidos na forma de associação civil, a Universidade do Paraná foi projetada em reuniões diárias realizadas durante o mês de novembro de 1912, no gabinete do Dr. Nilo Cairo, à Praça Tiradentes, com a participação de Flávio Luz, depois primeiro lente (professor) da cadeira de Direito Criminal, Júlio Theodorico Guimarães, depois lente do Curso de Comércio, e de Daltro Filho, da área de Agrimensura. Reinaldo Machado juntou-se a eles, e depois assumiu a cadeira de Ginecologia no Curso de Medicina, lembrando antes que não poderia faltar a cadeira de Obstetrícia. O nome da associação foi tornando-se muito comprido e então iluminou-se o pensamento desses homens com a ideia de uma Universidade. Hugo Gutierrez Simas, Pamphilo de Assunção e Euclides Bevilacqua a eles se juntaram nessas reuniões, nas quais eram citadas experiências anteriores criadas na cidade e bem sucedidas, como a Escola de Belas Artes e Indústrias fundada no final do século XIX por Mariano de Lima, o Conservatório de Belas Artes organizado em 1894 por Paulo Ildelfonso de Assunção e a Escola Federal de Aprendizagem Artífices, em 1910. (WACHOWICZ, 2006, p. 17).

Nos mesmos dias em que Vitor Ferreira do Amaral planejava os primeiros passos a fim de concretizar a fundação da universidade, outro grupo, sem conhecimento do primeiro, começava, também, a trocar ideias no mesmo sentido. Nesse, predominavam militares positivistas, ainda embasados pelos ideais que erigiam a República. Na Curitiba de 1912, era relativamente numerosa a população militar, face aos projetos rodoviários e ferroviários em que o exército nacional estava envolvido. O próprio Nilo Cairo narra a formação desse segundo grupo:

No mesmo dia em que o *Diário da Tarde* de Curitiba tornou pública a ideia dos Srs. Drs. Vitor Ferreira do Amaral e Pamphilo de Assunção, o autor destas linhas, em palestra à noite, em seu gabinete, com o Sr. Dr. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, engenheiro militar e hoje lente da cadeira de Mecânica do Curso de Engenharia desta Universidade, o autor destas linhas, sem haver ainda lido o jornal, aventara a mesma ideia, propondo

trabalharem juntos na fundação de um mesmo estabelecimento de ensino superior nesta Capital, com vários cursos.¹⁰

O grupo liderado por Vítor Ferreira do Amaral foi movido por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. Vítor havia sido deputado estadual, secretário da Instrução Pública, vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias, e conhecia na intimidade os meandros da política paranaense. Possuía um cacife que poderia causar inveja a muitos políticos. Era calmo, pouco temperamental, comedido no vocabulário que usava, inclusive verbal, precavido. Sentia como poucos as angústias pelas quais passava o Paraná.

Nilo Cairo, por sua vez, passou a ser porta-voz de um grupo para o qual a ideia força que os movia em prol da universidade não eram sentimentos históricos regionalistas de afirmação. Predominava no grupo a ideologia positivista, em voga no Brasil. “Nilo era temperamental, irrequieto, impulsivo, dando grandes arrancadas e em consequência proporcionais depressões”. (WACHOWICZ, 2006, p. 50). Seu discurso no segundo aniversário de fundação da Universidade é um verdadeiro monumento histórico e ideológico. Toda sua formação liberal e positivista ali se evidencia numa pureza cristalina.

Exultava com o sucesso da universidade porque a ciência nela contida e ensinada iria unificar, segundo ele, os sentimentos, as crenças num mesmo dogma, os atos humanos sob um mesmo regime. Para que tais objetivos se concretizassem, via no livre ensino superior – recém-implantado no Brasil – e na concorrência das ideias, as condições que poderiam regenerar a sociedade. A regeneração social trazida pela ciência e pelo positivismo a ela acoplado traria a felicidade humana. Para Nilo Cairo, o livre ensino superior e a ciência formariam o novo poder intelectual e moral. Saudava emocionado o novo e livre surto dos princípios científicos e imutáveis. A sociedade regulada e organizada, tal qual a mecânica, regeneraria a sociedade humana.

À fusão dos dois grupos que se lançaram de forma pioneira à fundação da Universidade do Paraná, deve-se, indiscutivelmente, o sucesso da empreitada. Se permanecessem isolados e divididos, provavelmente a Universidade não passaria

¹⁰ SILVA, Nilo Cairo da. Relatório didático e administrativo apresentado em 1913 ao Dr. Vítor Ferreira do Amaral. In: LIMA, Eduardo Corrêa. Vítor Ferreira do Amaral e Silva- o reitor de sempre. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, p.157, apud WACHOWICZ, 2006, p. 47)

das primeiras iniciativas. Wachowicz (2006, p. 51) afirma que, nesse episódio, em que duas personalidades tão distintas praticamente entraram em colisão, há de se ressaltar a humildade da postura do vulto de Vitor Ferreira do Amaral:

(...) e não estando eu agindo por sentimentos subalternos de primazia, acedi de bom grado ao convite que me era feito, certo de que, assim, atingiria mais facilmente ao fim por mim colimado – a fundação da Universidade do Paraná.
Incorporando-me aos companheiros do Dr. Nilo Cairo, constituímos a comissão organizadora da Universidade, da qual me conferiram a imerecida honra de fazer presidente.¹¹

Nilo Cairo, por sua vez, também compreendeu a situação, primeiramente procurando em seu próprio local de trabalho a Vitor Ferreira do Amaral, que, indiscutivelmente, possuía maior prestígio político e social, a fim de convidá-lo para exercer o magistério na Universidade que estava fundando, gesto sem dúvida, conciliador; em segundo lugar, dando-lhe a presidência da Comissão organizadora.

Todas as noites, a comissão formada por Vítor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo, Flávio Luz, Hugo Simas, Daltro Filho e Euclides Bevilaqua reunia-se no gabinete de Nilo Cairo para discutir os estatutos que estavam sendo organizado pelo mesmo.

No dia 26 de novembro de 1912, o jornal *Commercio do Paraná* divulgava a notícia da fusão dos dois grupos, para lançar as bases da Universidade do Paraná, que deveria ser inaugurada no início do ano seguinte. A organização dos estatutos já estava adiantada e a fundação marcada para o primeiro de janeiro de 1913. Os estatutos da Universidade do Paraná foram baseados nos que regiam a Universidade de São Paulo, tendo sido reduzidas, porém, todas as taxas acadêmicas.

No início dos meses de dezembro, a comissão organizadora da Universidade achou conveniente convidar o governador, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, para uma das cadeiras do Curso de Engenharia e, ao mesmo tempo, interá-lo dos projetos. Carlos Cavalcanti sugeriu que a inauguração da universidade fosse antecipada para o dia 19 de dezembro, dia da emancipação do Paraná e ofereceu os salões da Assembleia Legislativa do Estado para o evento.

Durante os trabalhos da comissão organizadora, surgiram como exemplos a serem imitados pela Universidade, a Escola de Belas Artes e Indústrias, fundada por

¹¹ SILVA, Vitor Ferreira do Amaral e Relatório Geral da Universidade do Paraná, apresentado à Assembleia Geral de 19 dez. 1913. In: Lima, Eduardo Corrêa. Vítor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor para sempre. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982, p.150, apud WACHOWICZ, 2006, p. 51.

Mariano de Lima, e a Escola Federal de Aprendizes Artífices, que despertava admiração mesmo na imprensa pela transformação moral e profissional que produzia nos garotos. Ela transformava *gavroches*¹² em profissionais, menores desocupados em homens de trabalho, moleques em homens dignos. A Universidade deveria fazer o mesmo com os filhos do Paraná. Transformá-los em bacharéis ou homens de ciência, evidentemente de nível superior.

5.2 Modelo Universitário

O grupo responsável pela criação da Universidade do Paraná, em 1912, teve a coordenação de Nilo Cairo e de Vítor Ferreira do Amaral. O grupo que se reuniu para estabelecer a universidade, entretanto,

[...] foi composto, além desses citados, por Panfilo de Assunção, presidente da Associação Comercial (assumiu a cadeira Parte Geral do Direito Civil, Direito Civil das obrigações); Manoel de Cerqueira Daltro Filho, engenheiro militar (ficou responsável pela cadeira de Mecânica Racional e interinamente com Álgebra); Flavio Luz, diretor do Ginásio Curitibano (ficou responsável pela cadeira Parte Geral do Direito Criminal, Sociologia Criminal, Criminologia); professor Julio Teodorico Guimarães (responsável pela cadeira de Caligrafia e Datilografia no curso de Comércio); Reinaldo Machado (assumiu a cadeira de Clínica Ginecológica e Ginecologia; e outra de Obstetrícia); Hugo Simas (responsável pela cadeira de Economia Política e Finanças, Contabilidade do Estado); Euclides Beviláquia (assumiu a cadeira de Teoria e Prática do Processo Civil e Criminal); João David Pernetá (responsável pelas cadeiras de Geometria Analítica e de Cálculo Infinitesimal). (CAMPOS, 2008, p. 76, 77)

Nilo Cairo assumiu várias cadeiras na área médica; ele foi considerado pelo grupo como “principal fundador”; estudou na Escola Militar e na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Vítor Ferreira do Amaral, considerado pelo grupo como o “reitor de sempre”, recebeu formação intelectual na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A grande parte desses professores recebeu a formação nas escolas de Direito e de Medicina ou na Escola Militar e escolas politécnicas do Rio de Janeiro e São Paulo, portanto, esteve atrelada a um ambiente cultural em que a mentalidade positiva e científica era hegemônica, o que caracteriza um elemento fundamental

¹² É o equivalente a calça social, moleques

para compreender a concepção de universidade, bem como as funções que deveriam ser exercidas por ela.

Constituída pelos cursos de Engenharia Civil, Direito, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio, a Universidade do Paraná foi criada, no início do século XX, por diferentes personalidades paranaenses. Mais tarde, em 1915, se transformava em Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Engenharia, o que durou até 1946, quando as faculdades foram unificadas, passando a existir, portanto, a Universidade do Paraná, constituída pelas faculdades de Engenharia Civil, Direito, Medicina e Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1938.

Para entender a natureza do modelo universitário pensado para o Paraná, é necessário, no entanto, resgatar os modelos que teriam influenciado a criação do projeto. Segundo Campos (2008, p. 15), os projetos universitários sistematizados pela intelectualidade paranaense dialogavam entre as concepções humboldtiana, napoleônica (ou francesa) e católica,

“[...] pois a proposta de Rocha Pombo expressava alguns elementos da concepção humboldtiana, a obra de 1912 consubstanciou no Estado do Paraná a experiência napoleônica; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras marcou a institucionalização do modelo católico na capital paranaense; as ações de 1946 e 1950 postulavam a necessidade de organizar uma universidade orgânica, o que expressava os limites do modelo napoleônico, ou sejam a universidade passou a ser entendida como instituição responsável por um novo projeto acadêmico”.

Tido como o fundador da Universidade de Berlim, Guilherme de Humboldt afirmava que a função primeira da universidade seria a adoção de todo o saber e da academia consistia a investigação. Aquela, entretanto, não poderia abdicar totalmente do campo de pesquisa, embora não fosse a sua função primordial. Para ele, a academia devia continuar o seu trabalho de pesquisa e a universidade as suas atividades de docência, cada uma com sua autonomia, mas sem desconsiderar que pertenciam a uma mesma instituição.

Sobre o modelo humboldtiano escreveu Campos (2008, p.18)

“[...] é possível afirmar que a Universidade de Berlim constituiu uma concepção de ensino superior alicerçada nas ideias de investigação e de docência. Em outros termos, a universidade humboldtiana foi constituída por uma comunidade de pesquisadores, cuja finalidade seria a aspiração da humanidade à verdade, garantida pela unidade da pesquisa e do ensino e fundamentada nos princípios da liberdade de aprender, da liberdade de ensinar e da liberdade do pesquisador e do estudante.”

Já na universidade francesa, as referências estão centradas nas produções do período napoleônico. Napoleão Bonaparte queria restaurar a ordem na sociedade francesa por meio da instrução pública. Assim, a universidade napoleônica representava, antes de tudo, uma estratégia política, ou seja, o novo sistema de ensino superior visava oferecer ao Estado e à sociedade pós-revolucionária os quadros necessários para a estabilização de um país conturbado, controlando estritamente sua formação em conformidade com a nova ordem social e impedindo o renascimento de novas corporações profissionais.

Em outras palavras, visava difundir uma doutrina comum e assegurar um ensino profissional para a formação de professores, médicos, juristas e preparar candidatos a prestarem exames e concursos que davam acesso a cargos públicos. A organização centralizada na universidade francesa, instituída no período napoleônico, subordinou as instituições de ensino ao poder estatal, fazendo com que todas as faculdades, escolas e academias – por meio de um chefe supremo – estivessem subordinadas à autoridade do Imperador.

A nova estrutura reorganizou a corporação universitária ao englobar o pessoal docente secundário e superior, ou seja, os liceus e as escolas ou faculdades, mas estritamente supervisionada e integrada na hierarquia dos grupos que formavam o Estado. O novo sistema imprimiu uma rígida divisão de atividades, o que caracterizava diferença significativa em relação ao projeto humboldtiano. “As faculdades (Letras e Ciências) que, nas universidades alemãs, formam o espaço natural das tendências inovadoras são as que, na França, vegetam ou não preenchem essa função” (CHARLE; VERGER, 1996, p.77, *apud* CAMPOS, 2008, p.19)

O modelo francês, estruturado por Napoleão, teve forte repercussão na sociedade brasileira. Desde o início do século XIX, com a vinda da Família Real para cá, os traços desse pensamento puderam ser vistos nas instituições de superiores que foram sendo criadas. Ou seja, no período monárquico somente se estruturavam algumas escolas de ensino superior de caráter prático e profissionalizante.

O modelo universitário confessional católico, por sua vez, pode ser entendido como uma terceira experiência que teve forte impacto no pensamento moderno, pois em diferentes lugares da Europa e do Brasil serviu de base para a constituição de instituições de ensino superior.

“A relação entre universidade e religião é muito forte, pois no Ocidente estiveram entrelaçadas. No entanto, com diversos movimentos de laicização, observamos a constituição de instituições de ensino superior de

caráter não confessional ou de outras organizações religiosas que não católicas”. (CAMPOS, 2008, p. 19).

No período entre os séculos XVI e XVIII ocorreu uma explosão de instituições de ensino superior, apropriando-se das experiências das universidades de origem medieval. Essas novas instituições trouxeram, entretanto, diversas inovações nas estruturas universitárias, “seja pelas novas concepções educativas, seja, precisamente, pelo caráter cada vez mais nacional, até mesmo regional, de muitas universidades”. (CHARLES; VERGER, 1996, p.43, *apud* CAMPOS, 2008, p. 19).

Muitas das antigas universidades foram controladas pelo poder político, pois os soberanos impuseram à atividade universitária quadros regulamentares estritos. Naquele momento, começaram a surgir as universidades protestantes – luteranas, calvinistas ou anglicanas – e universidades católicas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, as universidades foram criticadas por ter fundamentado o seu ensino nas autoridades medievais e, portanto, contraporem-se às mudanças culturais.

Durante esse período, as universidades não foram as promotoras das mudanças intelectuais, mas as academias e as sociedades eruditas, os cursos e as chancelarias, os salões, as bibliotecas tornaram-se os lugares mais comuns, não somente da sociabilidade erudita, mas de pesquisa e inovação. As mudanças no campo político, econômico e cultural impuseram a necessidade de novos modelos universitários, o que implicou em um debate sobre a laicização do Estado, bem como do ensino nos seus mais diferentes graus.

Nessa época, a Igreja Católica expressava, por meio de documentos oficiais, a sua doutrina, bem como críticas ao movimento laicista. Os papas Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, que dirigiram a Igreja entre os anos de 1831 e 1939, foram os responsáveis pela constituição do pensamento laico, bem como para pensar novas condições para a permanência do ideário católico na sociedade contemporânea.

No último quartel do século XIX, a Igreja Católica definiu, por meio da Encíclica *Aeterni Patris*, de Leão XIII (1878 – 1903), que sua doutrina deveria se fundamentar no pensamento tomista. Nesse documento, o pontífice estabeleceu que as escolas, institutos e universidades católicas deveriam nortear os seus ensinamentos nas doutrinas de São Tomas de Aquino. Em 1880, Leão XIII solicitou ao Cardeal GooSENS, Arcebispo de Malinês, que fosse criado na Universidade de Louvain um curso especial de filosofia tomista, cujo responsável foi o Cardeal Desidério Mercier, consi-

derado o iniciador principal dos estudos modernos sobre o tomismo. No final do século XIX, o Cardeal Mercier sistematizou uma nova proposta para a universidade católica, na qual buscava aproximar o pensamento humboldtiano das proposições de H. Newman, ou seja, propôs uma interlocução entre o projeto alemão e a concepção universitária do bispo católico Newman. Em outros termos, ele pretendia imprimir à Universidade Católica de Louvain – a partir de seu Instituto de Filosofia – o suporte transcendentalista religioso combinado a uma prática científica condizente com os novos tempos.

Segundo Campos (2008, p. 27), os três modelos são fundamentais para se compreender os diferentes projetos universitários organizados no Paraná, entre os anos de 1892 e 1950. Para ele, o projeto de Rocha Pombo aproximava-se da concepção humboldtiana; a experiência de 1912 foi herdeira do sistema napoleônico, ao organizar o ensino superior em faculdades de formação profissional, embora não postulasse o ensino subserviente às razões do Estado como no modelo de Napoleão; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1938, estava sob coordenação do grupo católico; o processo de constituição da Universidade do Paraná, em 1946, bem como o projeto de sua federalização, em 1950, foi marcado pela presença do grupo de 1912 e pelo grupo católico.

Esses projetos universitários, guardadas as particularidades, visavam civilizar, educar e dirigir a sociedade paranaense. Sob essa perspectiva, Rocha Pombo reconhecia o papel fundamental do sábio no processo de constituição do novo projeto cultural; Nilo Cairo e Vítor do Amaral preconizavam a missão do especialista ou do técnico para modernizar a capital paranaense; os católicos entendiam que a universidade deveria se responsabilizar pela formação moral e espiritual, associando os conhecimentos oriundos do desenvolvimento científico aos preceitos religiosos, mas, principalmente, exercer a formação de novas elites, com ideia de organizar um Estado catolicizado. “Os grupos envolvidos no processo de constituição da Universidade do Paraná, assim como no de federalização estavam imbuídos da convicção de que no ensino superior estava o destino da nação, portanto, cabia a ele preparar as elites dirigentes deste país”. (Campos, 2008, p. 28).

Esses projetos integravam o desejo de modernizar o Estado do Paraná bem como construir um novo modo de pensar dos indivíduos. Nesses termos, todos dirigiam críticas aos contextos em que viviam, mas, principalmente, posicionavam-se como portadores de um projeto renovador para a sociedade. Rocha Pombo se deno-

minava o responsável pela renovação cultural da capital paranaense; Nilo Cairo e Vítor do Amaral afirmavam que o projeto universitário deles era o ente modernizador do Paraná; o grupo católico postulava o rompimento com o pensamento velho e se caracterizava como demiurgo de um novo projeto para a sociedade paranaense; os integrantes do processo de constituição da Universidade do Paraná e da Universidade Federal do Paraná afirmavam-se portadores do verdadeiro projeto universitário, capaz de estabelecer os novos rumos da nação. Dessa forma, fica evidente que os projetos universitários visavam instaurar a modernização do Paraná.

A divisão histórica entre os grupos, no entanto, foi desfeita com a criação da Universidade:

A lucidez dos grupos que criaram a Universidade em 1912 torna-se notável nesse contexto. Vencidas as resistências que marcaram as tentativas anteriores, uniram-se diversos grupos culturais importantes e dividiram os setores da Universidade amigavelmente: o setor de Ciências Humanas foi destinado ao grupo católico, o setor de Ciências da Saúde ao grupo positivista liderado por Nilo Cairo, o setor de Ciências Jurídicas ao grupo liderado por Hugo Simas e assim por diante. (WACHOWICZ, 2006, p. 17)

6 FEDERALIZAÇÃO

Em março de 1915, o governo federal baixou o decreto 11.530, da Reforma de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Era a chamada Lei Maximiliano, “golpe de morte às instituições que comercializavam diplomas”. (WACHOWICZ, 2006, p. 83). A lei, que, por extensão, atingia a Universidade do Paraná, exigia que todas as instituições de ensino superior fossem equiparadas a estabelecimentos oficiais e tivessem cinco anos de funcionamento, em localidade com população superior a 100 mil habitantes. Essa necessidade de equiparação provocou o fechamento da Universidade de São Paulo, em 1917.

Como Curitiba não tinha 100 mil habitantes e os cursos da Universidade não estavam funcionando há cinco anos, não havia, *a priori*, outra alternativa senão fechar as portas (como aconteceu com a Universidade de São Paulo). Em seguida, o governo federal outorgou ao Paraná a possibilidade dos estudantes revalidarem seus diplomas, dentro do prazo de um ano, em faculdades oficiais. Essa concessão representava, na prática, a abertura das portas das faculdades oficiais para os estudantes da Universidade do Paraná. (WACHOWICZ, 2006, p. 84).

Depois de uma grande mobilização entorno de resolver o problema, a Universidade do Paraná recorreu, em 1918, à estratégia de reformar seus estatutos, separando as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, e concedendo-lhes autonomia de ensino, mas mantendo-as no mesmo edifício, sob uma única diretoria. Os diversos cursos existentes agruparam-se no interior dessas faculdades e foram reconhecidos pelo Governo Federal anos mais tarde.

Com a restauração da Universidade, a partir de 1946, Curitiba começa a receber epítetos dos mais variados, como: cidade universitária, Atenas brasileira, cidade sorriso, Coimbra brasileira, pra citar apenas alguns. A Universidade e a vida estudantil passaram a ser pólos de atração na cidade, mas continuava a ser particular. Para muitos, ela havia chegado ao limite máximo que uma Universidade particular poderia alcançar. De agora em diante, só os poderes públicos federais poderiam fazer com que ela continuasse em ascensão.

A federalização aparecia como o único caminho a seguir. Os acadêmicos queriam a federalização porque isso significava ensino gratuito. Os professores almejavam-na porque traria *ipso facto* melhoria de seus

vencimentos. Era, tudo indicava, a única opção de projeção futura. (WACHOWICZ, 2006, p. 146)

A Universidade crescia num ritmo nunca antes constatado. Em 1947, o número de alunos era de 3.033 universitários. O próprio Governo Federal imprimia um ritmo jamais registrado nos mais diversos graus da instrução pública. A Universidade do Paraná havia planejado construir o que denominou-se na ocasião de Cidade Universitária – hoje Centro Politécnico – e o Hospital das Clínicas.

Esse trabalho junto ao Governo Federal foi iniciado pelo reitor João Ribeiro de Macedo Filho, que havia assumido a Reitoria com o afastamento de Vitor Ferreira do Amaral, em 6 de julho de 1948. Após a restauração da universidade, ele ocupava simbolicamente a Reitoria, como sinal de gratidão e respeito a instituição, mas que, por força dos novos estatutos, foi obrigado a se aposentar. Com a morte precoce dele, em 4 de agosto de 1949, assumiu o cargo o professor Flávio Suplicy de Lacerda, que por suas atitudes, havia produzido uma grande celeuma em Curitiba, no transcorrer da Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, quando o transcorrer do conflito bélico estava no auge, Suplicy posicionou-se contra a iniciativa das Faculdades Superiores do Paraná de enviar telegramas de apoio ao Presidente da República pela decisão de apoiar os aliados contra as potências do eixo.

Ao assumir a Reitoria da Universidade, transformou-se no “arauto da campanha pró-federalização” (WACHOWICZ, 2006, p. 148). Flávio Suplicy de Lacerda, com esse objetivo, teria feito 42 viagens para o Rio de Janeiro. Estados que ainda não possuíam universidades federalizadas, assim como o Paraná, teriam tentado impedir a reivindicação dos paranaenses.

Um desses representantes, o senador Viana, conseguiu formar barreira obstando o Reitor Suplicy de Lacerda, chegando enfim a declarar-lhe:
–Vou encaminhar a lei para ver-me livre de sua insistência. (CARNEIRO, David. *Histórias da primeira Universidade do Brasil – a do Paraná*, apud WACHOWICZ, 2006, p. 148)

Da comissão nomeada para contatar com o presidente da República, fazia parte: o Governador Moysés Lupion, o próprio Reitor, os diretores das Faculdades e Institutos e os presidentes dos diretórios e Centros estudantis. O presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, acatou o memorial e exposição de motivos apresentado pela Universidade do Paraná e pelo Ministro Clemente Mariani e em 10 de março

de 1950, encaminhou para a Câmara dos Deputados a mensagem federalizando a Universidade do Paraná.

Aprovada a mensagem no Senado e Câmara dos Deputados, tomou a mesma forma de Lei número 1254 de dezembro de 1950. Transformava-se a Universidade do Paraná em Universidade Federal do Paraná. Iniciava-se, então, um novo e significativo período de sua história.

CONCLUSÃO

Além do sobrenome (Silva), do exercício da Medicina e da adesão ao positivismo, Vítor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo tinham pouca coisa em comum. Se, de um lado, Vítor era calmo, controlado e comedido, do outro, Nilo Cairo era temperamental, irrequieto e impulsivo. Mas um episódio, em que os interesses de duas personalidades tão distintas praticamente entraram em colisão, uniu essas duas figuras: a fundação da Universidade do Paraná, reconhecida como a mais antiga do país.

Wachowicz (2006, p. 51) afirma que, nessa história, há de se ressaltar a humildade por parte de Vítor Ferreira do Amaral, que teria *cacife* para fundar, sozinho, a universidade, mas preferiu aceitar o convite feito por Nilo Cairo para fundir os dois grupos:

...) e não estando eu agindo por sentimentos subalternos de primazia, acedi de bom grado ao convite que me era feito, certo de que, assim, atingiria mais facilmente ao fim por mim colimado – a fundação da Universidade do Paraná.

Incorporando-me aos companheiros do Dr. Nilo Cairo, constituímos a comissão organizadora da Universidade, da qual me conferiram a imerecida honra de fazer presidente.¹³

Já Fraiz (2014, p. 119) sustenta que o sucesso da empreitada só se deu graças ao prestígio de Vítor Ferreira do Amaral e da capacidade de trabalho de Nilo Cairo. Segundo ele, o próprio Vítor reconheceu isso:

Dois meses depois, tive a fortuna de ser procurado pelo Sr. Dr. Nilo Cairo da Silva, cuja enorme capacidade de trabalho era então por mim desconhecida, o qual, julgando fracassada a minha tentativa de organização, vinha me convidar para lente da cadeira de Obstetrícia de uma Universidade, cujo plano ele estava elaborando.

Vendo que o trabalho de organização do Dr. Nilo Cairo estava mais adiantado que o meu, e não estando eu agindo por sentimentos subalternos de primazia, acedi de bom grado o convite que me era feito, certo de que assim atingiria mais facilmente ao fim por mim colimado – a fundação da Universidade do Paraná. (RELATORIO GERAL, 1913, p. 4, apud FRAIZ, 2014, p. 119)

Fraiz (2014, p. 119) revela, ainda, que o interesse de Nilo Cairo pelo ensino era anterior à ideia de criação da Universidade do Paraná. “Antes da abertura provocada pela Reforma do Ensino (Rivadavia), como vimos, Nilo voltou para o Rio de

¹³ SILVA, Vítor Ferreira do Amaral e Relatório Geral da Universidade do Paraná, apresentado à Assembleia Geral de 19 dez. 1913. In: Lima, Eduardo Corrêa. Vítor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor para sempre. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1982, p.150, apud WACHOWICZ, 2006, p.51

Janeiro com o objetivo de criar uma escola médica para o ensino da homeopatia”, escreveu.

Polêmicas à parte, um dependia do outro para que o projeto saísse do papel: o grupo de Nilo Cairo já estava com os programas da Universidade adiantados, mas sem Vítor havia o risco de repetir-se o insucesso de Rocha Pombo. Prova disso foi a imediata recepção que o então presidente do Estado do Paraná teve, na época, para com a ideia de fundação da Universidade.

Historicamente, a criação da Universidade é considerada como uma importante reação dos paranaenses diante do repto do Contestado. Com a perda do território para Santa Catarina, algumas lideranças teriam percebido na falta de intelectualidade a principal deficiência da sociedade ervateira. Daí o empenho em organizar, em Curitiba, uma instituição de ensino superior.

A crise existencial provocada pela perda do território gerou, também, outros desenlaces bastante surpreendentes por aqui, a Universidade foi só o começo. Movidos pela emoção, latifundiários, políticos e comerciantes uniram-se e decidiram criar, no Território do Contestado, o Estado das Missões. Já que o mesmo não poderia ser do Paraná, também não seria de Santa Catarina.

Foram políticos de Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Clevelândia etc., sob a presidência de Cleto da Silva, que organizaram a Junta Provisória do Estado das Missões. Seus seguidores começaram a agir no Contestado, inclusive de forma armada. (WACHOWICZ, 2006, p. 36)

A atuação dessa Junta Provisória no Contestado, aliciando adeptos, acabou convencendo o governo de Santa Catarina de que era preciso fazer um acordo com o Paraná. Apesar de ter conquistado, na Justiça Federal, o poder sobre as terras, os catarinenses sentiam-se ameaçados a perder todo o território para a formação de uma nova unidade da federação, que seria, a princípio, uma extensão do próprio Paraná, uma vez que o movimento era liderado por paranaenses. O acordo acabou selado em 1916, no qual Santa Catarina ficaria com 28.000 km² e o Paraná com 20.000.

A reação do Paraná conseguiu recuperar o chamado sudoeste paranaense e mesmo não conseguindo retomar todo o território, representou mais um dividendo inédito ao Estado. Pela primeira vez, os paranaenses haviam se unido para conseguir, ao menos, uma vitória parcial. “Em 1916, nascia verdadeiramente a identidade histórica paranaense. Se em 1853, ele passava a existir de fato e de direito, agora

ele adquiria uma identidade histórica, ao menos temporariamente”, escreveu Wachowicz (2006, p. 36).

Unindo-se os grupos de Nilo Cairo e de Vítor Ferreira do Amaral no projeto de fundação da Universidade do Paraná, podemos dizer que tivemos a sorte de, historicamente, cumprir a tese de Gramsci sobre cidadania: “ Cidadão é o especialista que domina a sua técnica e tem a consciência política de seu tempo”.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1996.

CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CARNEIRO, David. *Como chegou o positivismo ao Paraná*. Curitiba, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. A humanidade como Deusa. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, São Paulo, out. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/>> . Acesso em: 13 mar. 2007.

FRAIZ, Ipojucan Calixto. *Nilo Cairo: A medicina e a Universidade do Paraná*. 2014, Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: Pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder*, São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, v. 48, 2009.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. *O Apostolado positivista e a primeira constituição da república no Brasil*, In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH - SP, 2011. v. 1. p. 1-16.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Paraná: Editora UFPR, 2006.